



Problematizando a formação de graduandos em extensão e educação popular: a experiência do Grupo Animais para Agroecologia

Paula Thais Prado da Silva¹; Bárbara Costa Fernandes²; Victória Gonçalves da Silva³; Leticia Gamarano Pires⁴; Paula Dias Bevilacqua⁵

1 UFV; paulatprado@gmail.com; 2 UFV; e-mail - barbara.costafer@gmail.com; 3 UFV; e-mail - vickecarol@hotmail.com; 4 UFV; e-mail - leticia-gamarano@hotmail.com; 5 UFV; e-mail - paula@ufv.br;

Resumo

O presente resumo busca relatar a experiência vivenciada por estudantes extensionistas oriundos da Universidade Federal de Viçosa que, por sua vez, compõem o Grupo Animais para Agroecologia em atividades realizadas nos últimos dois anos nos municípios da Zona da Mata Mineira. Além de abordar as diferentes metodologias participativas e intervenções utilizadas pelo grupo que contam com a participação de agricultores e agricultoras em transição agroecológica, os métodos de formação interna que buscam a autonomia e empoderamento dos estudantes também fazem parte desta reflexão. Porém, viemos também reconhecer a urgência de uma nova postura institucional por parte do Conselho Federal de Medicina Veterinária, problematizando a revisão das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Medicina Veterinária em sua atualização mais recente, uma vez que a maioria dos integrantes do grupo são discentes do curso em questão e sentem a necessidade de maior valorização das suas ações quanto extensionistas populares.

Palavras-chaves:

Transição agroecológica, Metodologias Participativas, Diretrizes Curriculares.



Introdução

O Grupo Animais para Agroecologia, com sede na Universidade Federal de Viçosa (UFV), é um grupo que trabalha com extensão em interface com pesquisa e ensino, desde 2006, estando constituído por estudantes de graduação, pós-graduação e professores de diferentes áreas do conhecimento. As atividades do Grupo contemplam temáticas diversas que incluem o manejo nutricional, reprodutivo, sanitário de diferentes espécies animais, bem como a comercialização de produtos de origem animal. Também, a atuação técnica do Grupo pressupõe a reflexão sobre temáticas transversais sobre gênero, campesinato, ecologia dos saberes e políticas públicas. As intervenções do Grupo incorporam pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação, privilegiando metodologias participativas desenvolvidas em espaços de oficinas e intercâmbios. O Grupo atua com agricultores e agricultoras familiares, organizados ou não, sendo parceiros frequentes desse trabalho sindicatos, associações, cooperativas de trabalhadores rurais de diferentes municípios localizados na Zona da Mata de Minas Gerais, bem como o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM).

Operacionalmente, técnicas diagnósticas participativas são realizadas com o objetivo de se analisar a dinâmica de trabalho e das atividades de determinados grupos ao longo do ano, possibilitando sempre a reorganização das atividades previamente planejadas de acordo com a necessidade, geralmente realizada em cooperativas ou com pequenos grupos que desempenham uma função em comum. Uma matriz dividida mês a mês geralmente é elaborada com o auxílio de instituições parceiras, onde se evidenciam as atividades que serão realizadas em determinados períodos e suas variações sazonais. O mapeamento das atividades por regiões também é realizado através de caminhadas transversais e mapas falados, com o objetivo de descrever e mostrar a localização e atribuição dos recursos, as características da paisagem e principalmente como se dá a utilização da terra.

Além das atividades desenvolvidas com os/as agricultores/as e parceiros, o Grupo também realiza atividade de formação interna com os/as integrantes, onde são discutidos temas como gênero e



feminismo; questão agrária; extensão e educação popular e pressupostos teóricos-metodológicos de técnicas de pesquisa e intervenção (metodologias participativas, pesquisa participante e pesquisa-ação, pesquisa qualitativa).

A educação e a extensão popular vêm norteando as reflexões e intervenções do Grupo enquanto teorias que visam à emancipação do conhecimento, permitindo aos estudantes o acesso a outras formas de práticas e saberes. Daí sua importância na formação acadêmica, pois tal fato é amplamente negligenciado pelas instituições de ensino, que têm com base majoritária apenas um modelo de produção, o do agronegócio, e um conceito rijo de ensino, no qual se tem como base de educação a relação sala de aula, assente na relação verticalizada docente-discente, não reconhecendo de fato a extensão como prática de ensino e aprendizagem. Quando se menciona a educação popular, devemos ter em mente ser esta uma “teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas permeada por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientada por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade” (MELO NETO, 2006: p. 1). A educação popular modifica o papel convencional do estudante de ouvinte-expectador para o de articulador.

A comunicação realizada pelos membros do grupo com as comunidades e pessoas envolvidas se baseia em reconhecer o conhecimento ‘do outro’ como legítimo e autêntico, aprimorável ao longo do tempo para se adaptar aos fatores exógenos e endógenos provocados pela natureza. Sendo assim, os estudantes visualizam o ‘campo’ como o “autor do conhecimento”.

Ao nos referirmos à Extensão Popular, estamos falando sobre uma Extensão Universitária que não significa qualquer trabalho fora da academia ou mero serviço assistencialista à população carente. Seus propósitos são maiores: fundir o que se aprende e que se produz na universidade e aplicar no desenvolvimento de uma comunidade, de modo comprometido, respeitoso e valorativo dos saberes, histórias, lutas e interesses das classes populares (FALCÃO, 2012). Assim, mostra-se indissociável a prática de ensino, pesquisa e extensão para a formação de profissionais socialmente, tecnicamente e



ambientalmente responsáveis.

O presente trabalho é uma reflexão sobre o papel da extensão popular na formação de acadêmicos e acadêmicas e, conseqüentemente, de profissionais críticos e reflexivos, com habilidades e competências para atuar em contextos da agricultura familiar em transição agroecológica, sensíveis às demandas locais, articulando princípios e técnicas que considerem e valorizem os saberes tradicionais ou locais e o empoderamento e autonomia dos sujeitos sociais.

Descrição e reflexões sobre a experiência

Metodologia(s) utilizada(s)

A experiência aqui relatada compreende um conjunto de atividades realizadas nos últimos dois anos envolvendo a formação de estudantes extensionistas que atuam no Grupo Animais para Agroecologia.

Em junho de 2015, o Grupo realizou uma série de três oficinas de formação, as quais foram propostas e articuladas por uma integrante do grupo, estudante de Medicina Veterinária, em parceria com um formando do curso de Geografia da UFV. A proposta da formação era problematizar a comunicação e as metodologias participativas como estratégias de aprendizagem e de desconstrução de paradigmas. Os temas abordados foram: Ecologia de saberes e as dimensões vividas no conhecimento; Questão agrária e agroecologia e; a reinvenção dos territórios.

Outra atividade de formação do grupo de estudantes esteve relacionada à demanda sugerida por parte dos/as agricultores que participam das intervenções, envolvendo o aprofundamento sobre o uso de alimentos não convencionais na alimentação de bovinos, temática essa que fez parte de uma tese de doutorado desenvolvida no âmbito das atividades do Grupo.

Assim, a partir dos resultados desse trabalho, da necessidade de dar retorno aos/às agricultores e



da própria demanda deles/as, foram pensadas oficinas para abordagem do tema. Esse exercício representou grande desafio aos integrantes do Grupo, uma vez que, apesar da grande relevância, o tema não é priorizado na academia, faltando informações técnicas sistematizadas para fundamentação das atividades. Então, foi elaborado um portfólio pelos/as estudantes, com a caracterização morfológica e agrônômica, fotos e exsicatas das espécies que seriam abordadas nas oficinas com os/as agricultores/as. Para execução do portfólio entramos em contato com professores e alunos do Setor de Agrostologia da UFV, de modo a obter autorização para coleta das amostras, estabelecermos um diálogo a respeito dos objetivos e realização do trabalho. Foi, assim, articulada uma visita guiada no Setor com o objetivo de identificação em campo das espécies de interesse.

Ainda como atividade de formação dos/as estudantes do Grupo, no início do primeiro período letivo de 2016, entramos em contato com a coordenadora do curso de graduação em Medicina Veterinária solicitando que fossem abordados os temas Agroecologia e Extensão Popular em uma das aulas da disciplina 'Introdução à Medicina Veterinária', oferecida aos/às estudantes do primeiro período do curso. Tal disciplina tem como objetivos apresentar a estrutura e aspectos operacionais do curso de graduação, bem como, apresentar, a partir de palestrantes/convidados, as áreas de atuação do profissional.

A intervenção do Grupo na disciplina foi facilitada da seguinte forma: no primeiro momento apresentamos o Grupo e reproduzimos dois vídeos de forma a mobilizar os/as estudantes para os conteúdos que seriam problematizados. O primeiro vídeo (Diaconia Brasil, Biodigestor: Uma Tecnologia Social no PNHR¹) foi exibido com o objetivo de problematizar a produção tecnológica, mostrando ser possível a produção de tecnologias de baixo custo, que geram autonomia e se propõem a melhorar a qualidade de vida no campo. O segundo vídeo (CTA Mulheres, Outras Marias²) foi exibido de modo a apresentarmos os/às estudantes como as questões de gênero são trabalhadas e vivenciadas em espaços agroecológicos, a partir da fala das agricultoras familiares, protagonistas do documentário. A intenção

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y3Hk8nWteFw>>. Acesso em: 2 set. 2016.

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3WHzQDIaY44>>. Acesso em: 2 set. 2016.



foi problematizar uma importante pauta do movimento agroecológico: Sem feminismo não há agroecologia.

Num segundo momento, deixamos a sala de aula e ocupamos o gramado do pavilhão de aulas, de forma a potencializar diferentes espaços como recursos didáticos. No gramado, conversamos com os/as graduandos/as sobre a importância da agrobiodiversidade em propriedades rurais e abordamos a importância dos alimentos não convencionais que podem ser utilizados na alimentação animal, evidenciando a relevância dessas culturas em períodos de seca, uma vez que há alimentos com excelente composição nutricional adaptados ao clima e solo da região e com pico de produtividade na estação seca. Na discussão, foi problematizado que o cultivo dessas espécies pode reduzir custos com a alimentação animal, uma vez que são capazes de substituir o uso de rações, além de melhorar o bem-estar animal e a qualidade do solo. Por fim, foram apresentados os fitoterápicos e as homeopáticas, como prevenção e tratamento de doenças.

Resultados/avaliações

As atividades de formação se mostraram bastante potentes para a reflexão sobre saberes e práticas, contextos de produção e sociais de vida. Também foram importantes como espaço de formação pessoal e cidadã, refletido na seguinte fala de uma das integrantes do Grupo: “Considero que participar dessas oficinas foi essencial para minha compreensão da transição agroecológica, uma vez que estava iniciando essa caminhada, também foi este o ponto de partida para que conseguisse realmente enxergar o saber popular tão válido e legítimo quanto o científico”.

É importante salientar que as atividades de formação foram pensadas como forma de resistência e luta por democracia de saberes em espaços formais de ensino (salas de aula da UFV), porém, com a utilização de metodologias participativas e facilitada pelos/as próprios/as estudantes.

Na organização das informações sobre os alimentos não convencionais, tais como caracterização



morfológica e agrônômica, fotos e exsicatas das espécies vegetais, o caminho identificado pelo Grupo, ou seja, a elaboração do portfólio de alimentos não convencionais, acabou se revelando mais do que um mero artefato depositário de informações. O processo de elaboração do portfólio permitiu, além do protagonismo dos estudantes em relação à busca e apreensão de conhecimentos, mas também um caminho de organização e valorização do trabalho em grupo, com superação de dificuldades produção de sentidos.

Teoricamente a base que sustenta a formação universitária está ancorada sobre os pilares do Ensino, Pesquisa e Extensão. Porém, a extensão não é valorizada por estar além do campo físico e comunicativo das universidades. Dessa forma, a ação extensionista busca dialogar com as comunidades por meio do fortalecimento do saber empírico, já que é delas que partem as demandas por pesquisa dentro do ensino em agroecologia.

A urgência de novos enfoques metodológicos e construção de outros paradigmas fazem emergir a necessidade de nova postura institucional dos agentes que se propõem ao papel de facilitadores no processo de extensionismo rural e transição agroecológica, a apropriação de metodologias participativas de abordagem sistêmica com enfoque holístico e não interventivas ou persuasivas. O incentivo do resgate de conhecimentos populares e estímulo do uso sustentável de recursos locais (COELHO, 2005) surgiu como alternativa para auxiliar os agroecologistas na criação de um paradigma alternativo distinto ao que se compreende acerca da agricultura convencional químico mecanizada, questionando as bases fundacionais do conhecimento técnico-científico hegemônico.

Historicamente, a postura etnocêntrica, tecnicista e difusionista adotada pelo extensionista, muitas vezes provinda de uma formação técnico-acadêmica reducionista e que desqualifica o conhecimento cotidiano, gerou barreiras que impossibilitam a plena compreensão da complexidade das relações ambientais e socioeconômicas presentes no meio rural (COELHO, 2005). Pela necessidade crescente de questionar este modelo de orientação técnica, o Grupo Animais para a Agroecologia acredita que a prática de sistematização compartilhada dos saberes, levando-se em conta uma concepção



construtivista das interações entre os sujeitos dos saberes distintos, supera o tecnicismo, valoriza os agentes e profissionais ligados a agricultura e gera maior autonomia e transformação dos conhecimentos já incorporados pela prática.

Neste sentido, a criação de espaços dialogicamente interativos e propensos à realização de formas de aprendizagens discursivas rendeu ricas experiências de vivência ao grupo, sempre levando em conta questões como qual o objetivo, interesse, desejos, possibilidades de recursos de determinada realidade, grupo social ou organizações locais, reconhecendo que tais atividades resultaram de mobilização social e que além disso exigirão continuidade do trabalho. Vale ressaltar também que o grupo é composto por uma equipe interdisciplinar, que busca sempre se adequar a diversidades de temas que um trabalho em grupos sociais pode demandar.

Ressaltamos que essa reflexão se torna significativa ao considerar, por exemplo, a iniciativa de revisão das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Medicina Veterinária, protagonizada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a partir de 2014, conforme o Ofício Circular nº 0037/2015/CFMV-PR (CFMV, 2015). No documento elaborado pelo CFMV, no que se refere às habilidades e competências que o profissional deve adquirir durante a sua formação, há explicitamente a menção ao trabalho em serviços agroindustriais e a participação em projetos e programas agropecuários e do agronegócio, sem, contudo, fazer-se qualquer referência ao trabalho com a agricultura familiar (Minuta de atualização, 2015).

Ainda, seja em relação às habilidades e competências ou na indicação dos conteúdos essenciais para o curso de graduação em Medicina Veterinária, onde aparece a referência ao agronegócio, como conteúdo teórico e prático a ser abordado, também não há referência a outras formas de produção, como a de base ecológica. E, por fim, na descrição dos aspectos que devem estar contemplados nos currículos dos cursos, há o claro incentivo à participação em pesquisa, mas não há qualquer indicação ou incentivo à participação na extensão, seja como serviço, tecnológica ou, ainda menos, popular (Minuta de atualização, 2015).



As Diretrizes Curriculares não se constituem como mero documento que orienta a estrutura curricular e a sua operacionalização, mas também a concepção dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Assim, traz implícita (ou explícita) uma orientação política da prática profissional, que se conforma na graduação e se especializa nas pós-graduações. E como ‘orientação’, não é neutra ou democrática, ao contrário, reproduz e reinscreve as forças hegemônicas nos currículos, determinando a formação de um profissional nada eclético ou sensível às demandas da sociedade em geral, mas direcionado a determinados grupos, excluindo outros historicamente colocados à margem da sociedade.

Considerações finais

A extensão praticada e abordada garante aos estudantes envolvidos uma formação diferenciada dos demais universitários, uma vez que não só dialogam com o campo, mas vivenciam as experiências dos agricultores/as de forma bilateral, em que fornecem apoio quanto a transição agroecológica e recebem o mesmo, quanto a formação universitária. Tal contato permite aos/às estudantes ter experiências profissionais antecedentes a conclusão da graduação já que, ao ingressar no mercado de trabalho, essa experiência é cobrada a todos.

Dessa forma, esse processo trata representantes de ambas as partes como agentes de transformação social de modo que a comunidade seja ponto de inserção da universidade e que as duas criem relação de dependência para compor a sociedade. Assim, até mesmo o termo “extensão” é colocado a prova, uma vez que tem como método estender o conhecimento gerado por apenas uma das partes, o que gera imposição.

Nessa perspectiva, o Grupo Animais para a Agroecologia acredita que metodologias participativas em que os/as integrantes trocam conhecimentos com os/as agricultores/as por meio de oficinas demandadas pelas comunidades são importantes. Além disso, em todos os meses, atividades são realizadas fora do campus universitário uma vez que a população está além da universidade e há a



necessidade maior dos estudantes do grupo de conhecerem as formas de criação, as propriedades e trabalhar com o que cada produtor tem em seu sítio, atingindo assim a sua autonomia.

Agradecimentos

As/Os autoras/es agradecem a FAPEMIG, CNPq, MEC/SESu (PROEXT) e UFV (PIBEX) pela concessão de auxílio financeiro e bolsas a estudantes.

Referências bibliográficas

COELHO, France Maria Gontijo. A Arte das Orientações Técnicas no Campo: concepções e métodos. 2005.

MELO NETO, J. F. Extensão popular. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2006.

FALCÃO. E. P. Extensão Popular: reflexões teóricas e filosóficas sobre uma caminhada a trilhar. Disponível em: <<http://www.cenopoesiadobrasil.blogspot.com.br/2012/02/extensao-popular-reflexoes-teoricas-e.html>>. Acesso em: 2 de julho 2015

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Minuta de atualização. Resolução n. 1, de 18 de fevereiro de 2003.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Ofício circular nº 0037/2015/CFMV-PR, Brasília, 18 de junho de 2015.